



**Câmara dos Deputados**  
Assessoria Técnica da Liderança do PT

## **Boletim de Indicadores Econômicos**

Ano 7 – Nº 12

Dezembro de 2006

(Disponível em: <http://www.pt.org.br/assessor/economia.htm>)

- I – Setor Real
- II – Setor Público
- III – Setor Externo
- IV – Setor Financeiro

**Brasília/DF**

## ÍNDICE

<b>I. Setor Real</b>	
I.1. Produção Industrial .....	02
I.2. Taxas de Desemprego .....	03
I.3. Rendimento Real Médio .....	04
I.4. PIB .....	04
I.5. Indicadores de Inflação .....	05
<b>II. Setor Público</b>	
II.1. Dívida Líquida .....	06
II.2. Déficit .....	07
II.3. Transferências Constitucionais .....	08
II.4. Dívida Mobiliária .....	11
<b>III. Setor Externo</b>	
III.1. Dívida Externa .....	12
III.2. Reservas Internacionais .....	13
III.3. Taxa de Câmbio .....	14
III.4. Balanço de Pagamentos .....	15
III.5. Balança Comercial .....	16
<b>IV. Setor Financeiro</b>	
IV.1. Taxa de Juros Selic .....	17
IV.2. <i>Spread</i> das Operações de Crédito .....	18
IV.3. Volume de Crédito .....	19

## I. Setor Real

Tabela 1 – Produção Industrial

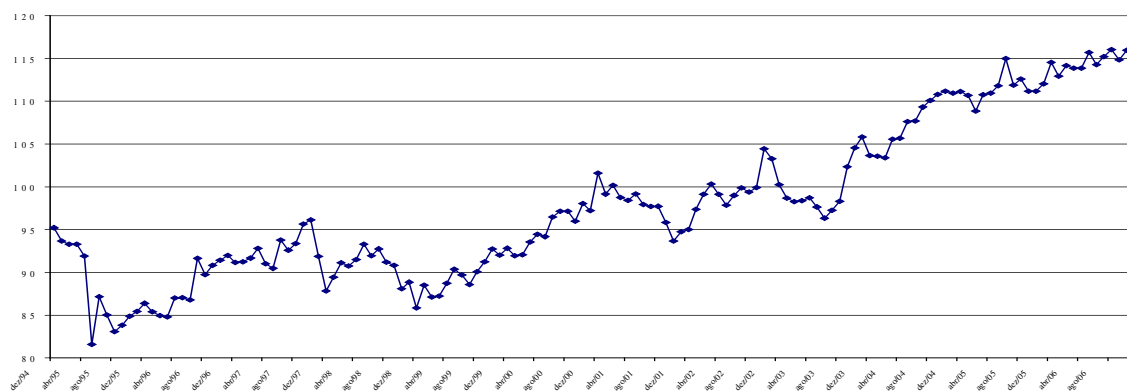
Período	Número Índice <sup>1</sup>	Crescimento em relação a igual mês do ano anterior (%)	Crescimento em relação ao mês anterior (%)	Crescimento nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores (%)
1994	Dez	95,2	-	7,6
1995	Dez	86,4	-	1,8
1996	Dez	91,2	-	1,7
1997	Dez	87,8	-	3,9
1998	Dez	85,8	-	-2,0
1999	Dez	92,8	-	-0,7
2000	Dez	101,6	-	6,6
2001	Dez	95,0	-	1,6
2002	Dez	100,3	-	2,7
2003	Dez	103,7	-	0,0
2004	Dez	111,1	-	8,3
2005	Nov	112,0	1,0	0,7
	Dez	114,5	3,1	2,3
2006	Jan	112,9	2,0	-1,4
	Fev	114,2	4,9	1,1
	Mar	113,9	2,8	-0,3
	Abr	113,9	2,6	0,0
	Mai	115,7	3,5	1,6
	Jun	114,3	-0,6	-1,2
	Jul	115,2	3,0	0,8
	Ago	116,0	3,1	0,7
	Set	114,8	3,3	-1,0
	Out	116,0	4,3	1,0
	Nov	116,8	4,3	0,8

Fonte: IBGE.

1 – Índice de base fixa mensal com ajuste sazonal, média de 2002=100.

Gráfico 1 – Produção Industrial

(Número índice, média de 2002=100)



Fonte: IBGE.

Tabela 2 – Taxas de Desemprego

	(em %)				
	Taxa de desemprego IBGE <sup>1</sup>		Taxa de desocupação IBGE <sup>1</sup>		Taxa de desemprego (Dieese/Seade)
	Nacional <sup>2</sup>	São Paulo	Nacional <sup>2</sup>	São Paulo	São Paulo
1995 Média	5,0	5,5	nd	nd	13,2
1996 Média	5,8	6,7	nd	nd	15,0
1997 Média	6,1	7,1	nd	nd	15,7
1998 Média	8,3	9,4	nd	nd	18,2
1999 Média	8,3	9,1	nd	nd	19,3
2000 Média	7,8	8,1	nd	nd	17,7
2001 Média	6,8	7,0	nd	nd	17,5
2002 Média	7,9	9,2	11,7	12,7	19,0
2003 Média	nd	nd	12,3	14,1	19,9
2004 Média	nd	nd	11,5	12,6	18,8
2005 Média	nd	nd	9,8	10,2	17,0
Jan	nd	nd	10,2	11,1	16,7
Fev	nd	nd	10,6	11,5	17,1
Mar	nd	nd	10,8	11,5	17,3
Abr	nd	nd	10,8	11,4	17,5
Mai	nd	nd	10,2	10,5	17,5
Jun	nd	nd	9,4	10,5	17,5
Jul	nd	nd	9,4	9,9	17,5
Ago	nd	nd	9,4	9,4	17,1
Set	nd	nd	9,6	9,7	16,9
Out	nd	nd	9,6	9,6	16,9
Nov	nd	nd	9,6	9,7	16,4
Dez	nd	nd	8,3	7,8	15,8
2006					
Jan	nd	nd	9,2	9,2	15,7
Fev	nd	nd	10,1	10,5	16,3
Mar	nd	nd	10,4	10,6	16,9
Abr	nd	nd	10,4	10,7	16,9
Mai	nd	nd	10,2	10,5	17,0
Jun	nd	nd	10,4	10,9	16,8
Jul	nd	nd	10,7	11,3	16,7
Ago	nd	nd	10,6	11,6	16,0
Set	nd	nd	10,0	11,1	15,3
Out	nd	nd	9,8	10,5	14,6
Nov	nd	nd	9,5	10,3	14,1

Fontes: IBGE; Dieese/Seade.

1 – Devido a mudança metodológica, o termo “taxa de desemprego” não é mais utilizado pelo IBGE. A partir de 2002, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) passou a incorporar recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de forma a tornar mais compatíveis as informações da realidade brasileira aos padrões utilizados na maioria dos países. Assim, a informação oficial passa a ser tratada como “taxa de desocupação”.

2 – A pesquisa nacional do IBGE é feita nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

nd – dado não disponível.

De acordo com o IBGE, em novembro de 2006, a Taxa de Desocupação medida em todo País foi estimada em 9,5%, verificando-se queda de 0,3 pontos percentuais (p.p.) em relação a outubro de 2006. Quando comparado com mesmo mês do ano anterior, foi registrada uma queda de 0,1 p.p.. Em São Paulo, a Taxa sofreu uma queda de 0,2 p.p. entre os meses de novembro de 2006 (10,3%) e outubro de 2006 (10,5%). Quando comparado com novembro de 2005, foi verificou-se alta de 0,6 p.p..

Segundo a pesquisa realizada pelo Dieese/Seade, a Taxa de Desemprego total em São Paulo sofreu uma queda de 0,5 p.p entre os meses de novembro (14,1%) e outubro de 2006 (14,6%). A variação em relação ao mesmo mês no ano anterior sofreu queda de 2,3p.p..

Tabela 3 – Rendimento Real Médio em São Paulo <sup>1</sup>

		Ocupados <sup>2</sup>		Assalariados <sup>3</sup>	
		Rendimento (em R\$)	Número Índice <sup>4</sup>	Rendimento (em R\$)	Número Índice <sup>4</sup>
1996	Out	1.633	78,6	1.601	73,7
1997	Out	1.583	76,2	1.588	73,1
1998	Out	1.513	72,8	1.534	70,6
1999	Out	1.444	69,5	1.494	68,7
2000	Out	1.415	68,1	1.429	65,7
2001	Out	1.200	57,7	1.247	57,4
2002	Out	1.159	55,7	1.188	54,7
2003	Out	1.084	52,2	1.151	52,9
2004	Out	1.098	52,8	1.180	54,3
2005	Out	1.084	52,2	1.162	53,5
	Nov	1.091	52,5	1.174	54,0
	Dez	1.095	52,7	1.177	54,1
2006	Jan	1.097	52,8	1.177	54,1
	Fev	1.080	51,9	1.148	52,8
	Mar	1.055	50,8	1.119	51,5
	Abr	1.042	50,1	1.106	50,9
	Mai	1.045	50,3	1.114	51,2
	Jun	1.075	51,7	1.134	52,2
	Jul	1.130	54,4	1.191	54,8
	Ago	1.155	55,6	1.214	55,9
	Set	1.148	55,2	1.210	55,7
	Out	1.105	53,2	1.172	53,9

Fonte: Dieese/Seade.

1 – Região metropolitana da Grande São Paulo. Valores corrigidos pelo ICV-Dieese/SP, para o último mês da série.

2 – Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

3 – Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

4 – Base: média de 1985 = 100.

Tabela 4 – Produto Interno Bruto (PIB)

Período	Nominal (R\$ bilhões)	Taxa real de variação do PIB	Índice do PIB real	PIB <i>per capita</i> (valores reais de 2005)	Taxa real de variação do PIB <i>per capita</i>	Índice do PIB <i>per capita</i>
1994	349,2	5,9	77,1	9.551,6	4,2	90,8
1995	646,2	4,2	80,4	9.801,9	2,6	93,2
1996	778,9	2,7	82,5	9.909,8	1,1	94,2
1997	870,7	3,3	85,2	10.080,5	1,7	95,8
1998	914,2	0,1	85,3	9.943,7	-1,4	94,5
1999	973,8	0,8	86,0	9.873,2	-0,7	93,9
2000	1.101,3	4,4	89,7	10.151,8	2,8	96,5
2001	1.198,7	1,3	90,9	10.134,6	-0,2	96,3
2002	1.346,0	1,9	92,7	10.179,4	0,4	96,8
2003	1.556,2	0,5	93,2	10.086,6	-0,9	95,9
2004	1.766,6	4,9	97,8	10.432,9	3,4	99,2
2005	1.937,6	2,3	100,0	10.519,9	0,8	100,0

Fonte: IBGE.

Tabela 5 – Indicadores de Inflação

												2006											Últimos 12 meses	
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov		Dez
IGP-DI (FGV)	14,8	9,3	7,5	1,7	20,0	9,8	10,4	26,4	7,7	12,1	1,2	0,7	-0,1	-0,5	0,0	0,4	0,7	0,2	0,4	0,2	0,8	0,6	0,3	3,8
IGP-M (FGV)	15,2	9,2	7,7	1,8	20,1	10,0	10,4	25,3	8,7	12,4	1,2	0,9	0,0	-0,2	-0,4	0,4	0,8	0,2	0,4	0,3	0,5	0,8	0,3	3,8
IPC-DI (FGV)	25,9	11,3	7,2	1,7	9,1	6,2	7,9	12,2	8,9	6,3	4,9	0,7	0,0	0,2	0,3	-0,2	-0,4	0,1	0,2	0,2	0,1	0,2	0,6	2,1
IPA-DI (FGV)	6,4	8,1	7,8	1,5	28,9	12,1	11,9	35,4	6,3	14,7	-1,0	0,8	-0,1	-0,8	-0,2	0,5	1,1	0,2	0,5	0,3	1,2	0,8	0,1	4,3
IPA-Agro (FGV)	-5,6	17,3	17,7	4,9	29,9	13,1	16,0	47,3	4,5	2,7	-6,3	0,6	-0,8	-3,2	-0,9	-0,3	1,7	0,5	1,2	1,2	5,2	2,4	-0,7	6,9
IPA-Ind (FGV)	13,1	3,9	3,1	-0,2	28,3	11,6	10,3	30,9	6,9	19,5	0,9	0,9	0,1	-0,1	0,1	0,7	0,9	0,1	0,3	0,0	-0,1	0,2	0,4	3,5
INPC (IBGE)	22,0	9,1	4,3	2,5	8,4	5,3	9,4	14,7	10,4	6,1	5,0	0,4	0,2	0,3	0,1	0,1	-0,1	0,1	0,0	0,2	0,4	0,4	0,6	2,8
IPCA (IBGE)	22,4	9,6	5,2	1,7	8,9	6,0	7,7	12,5	9,3	7,6	5,7	0,6	0,4	0,4	0,2	0,1	-0,2	0,2	0,1	0,2	0,3	0,3	0,5	3,1
IPC-SP (FIPE)	23,2	10,0	4,8	-1,8	8,6	4,4	7,1	9,9	8,2	6,6	4,5	0,5	0,0	0,1	0,0	-0,2	-0,3	0,2	0,1	0,3	0,4	0,4	1,0	2,5
ICV (Dieese)	27,4	9,9	6,1	0,5	9,6	7,2	9,4	12,9	9,6	7,7	4,5	0,7	0,1	0,5	-0,1	-0,4	-0,2	-0,1	0,3	0,4	0,3	0,3	0,7	2,6

Fontes: Dieese, FGV, IBGE.

nd – dado não disponível.

Segundo a tabela acima observa-se que o IPA-DI (Índice de Preços por Atacado - disponibilidade interna) registrou uma queda na sua taxa de variação de 0,8%, em novembro, para 0,1%, em dezembro. O IGP-DI (Índice Geral de Preços - disponibilidade interna) teve variação de 0,3% em dezembro, apresentando queda em relação ao mês anterior. O IPC-DI (Índice de Preços ao Consumidor - disponibilidade interna) registrou alta na sua taxa de variação de 0,2%, em novembro, para 0,6%, em dezembro.

O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) registraram alta em relação ao mês anterior, com taxas 0,5% e 0,6% em dezembro, respectivamente.

Em dezembro, o ICV (Índice de Custo de Vida no município de São Paulo) registrou inflação, fechando com taxa de 0,7%.

## II. Setor Público

Tabela 6 – Dívida Líquida do Setor Público <sup>1</sup>

(R\$ bilhões)

Discriminação	1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006	
	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB
<b>1. Dívida total líquida (2+3)</b>	208,5	30,6	269,2	33,3	308,4	34,4	385,9	41,7	516,6	48,7	563,2	48,8	660,9	52,6	881,1	55,5	913,1	57,2	957,0	51,7	1.002,5	51,6	1.047,4	49,3
1.1 Governo federal e Bacen	90,4	13,3	128,4	15,9	167,7	18,7	231,3	25,0	316,2	29,8	353,0	30,6	411,8	32,8	560,8	35,3	578,7	36,3	601,5	32,5	664,2	34,2	721,8	34,0
1.2 Governos estaduais <sup>2</sup>	72,5	10,6	93,3	11,5	115,9	12,9	113,2	12,2	147,9	13,9	161,2	14,0	203,4	16,2	258,0	16,3	278,0	17,4	306,0	16,5	305,7	15,8	310,5	14,6
1.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	17,7	1,9	22,9	2,2	24,1	2,1	26,2	2,1	35,0	2,2	38,7	2,4	45,1	2,4	44,3	2,3	46,3	2,2
1.4 Empresas Estatais	45,6	6,7	47,4	5,9	24,8	2,8	23,7	2,6	29,6	2,8	24,9	2,2	19,5	1,6	27,3	1,7	17,7	1,1	4,5	0,2	-11,8	-0,6	-31,2	-1,5
<b>2 Dívida interna líquida</b>	170,3	25,0	237,6	29,4	269,8	30,1	328,7	35,5	407,8	38,4	451,8	39,2	530,0	42,2	654,3	41,2	726,7	45,5	818,1	44,2	952,2	49,1	1.103,3	51,9
2.1 Governo federal e Bacen	66,7	9,8	115,7	14,3	150,3	16,7	192,5	20,8	233,1	22,0	267,6	23,2	308,5	24,6	363,2	22,9	418,5	26,2	476,4	25,7	617,4	31,8	764,1	36,0
2.2 Governos estaduais <sup>2</sup>	70,2	10,3	90,3	11,2	111,6	12,4	107,7	11,6	139,4	13,1	151,6	13,1	192,2	15,3	239,6	15,1	261,6	16,4	290,0	15,7	292,7	15,1	297,9	14,0
2.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	17,1	1,9	22,0	2,1	22,7	2,0	24,4	1,9	32,1	2,0	36,1	2,3	42,4	2,3	42,2	2,2	44,4	2,1
2.4 Empresas Estatais	33,4	4,9	31,5	3,9	8,0	0,9	11,5	1,2	13,4	1,3	10,0	0,9	5,0	0,4	19,4	1,2	10,5	0,7	9,3	0,5	-0,2	0,0	-2,9	-0,1
<b>3. Dívida externa líquida</b>	38,1	5,6	31,6	3,9	38,6	4,3	57,2	6,2	108,8	10,3	111,3	9,6	130,8	10,4	226,8	14,3	186,5	11,7	138,9	7,5	50,3	2,6	-56,0	-2,6
3.1 Governo federal e Bacen <sup>3</sup>	23,7	3,5	12,7	1,6	17,5	2,0	38,8	4,2	83,2	7,8	85,4	7,4	103,3	8,2	197,6	12,5	160,3	10,0	125,1	6,8	46,8	2,4	-42,2	-2,0
3.2 Governos estaduais <sup>2</sup>	2,3	0,3	3,0	0,4	4,3	0,5	5,5	0,6	8,5	0,8	9,6	0,8	11,3	0,9	18,4	1,2	16,4	1,0	16,0	0,9	13,0	0,7	12,6	0,6
3.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	0,7	0,1	0,9	0,1	1,4	0,1	1,8	0,1	2,9	0,2	2,6	0,2	2,7	0,1	2,2	0,1	2,0	0,1
3.4 Empresas Estatais	12,2	1,8	15,9	2,0	16,8	1,9	12,2	1,3	16,2	1,5	14,9	1,3	14,6	1,2	7,9	0,5	7,1	0,5	-4,8	-0,3	-11,6	-0,6	-28,3	-1,3

Fonte: Bacen.

1 – Os dados são de final de ano. Utiliza-se o PIB acumulado no ano valorizado pelo IGP-DI centrado no mês.

2 – Para os anos de 1994 até 1997, a dívida dos governos estaduais inclui a dívida dos municípios.

3 – Descontadas as reservas internacionais.

nd – dado não disponível.

Observa-se que a Dívida Líquida do Setor Público fechou novembro de 2006 em R\$ 1.047,4 bilhões, o que representou 49,3% do PIB.

Tabela 7 – Déficit do Setor Público <sup>1</sup>

(Últimos 12 meses - R\$ bilhões)

Discriminação	1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		Até novembro 2006	
	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB
<b>1. Nominal</b> <sup>2</sup>	47,0	7,3	45,7	5,9	53,2	6,1	72,5	7,9	96,2	10,0	49,3	4,5	72,1	5,2	138,3	10,3	56,3	3,6	43,8	2,5	59,1	3,1	65,7	3,2
1.1 Governo federal e Bacen <sup>3</sup>	15,4	2,4	19,9	2,6	22,9	2,6	49,4	5,4	66,2	6,9	34,5	3,1	44,5	3,7	86,7	6,4	39,4	2,5	23,7	1,3	68,7	3,6	72,2	3,5
1.2 Governos estaduais <sup>5</sup>	23,1	3,6	21,1	2,7	26,4	3,0	16,4	1,8	26,1	2,7	20,0	1,8	23,1	1,9	43,8	3,3	22,9	1,5	27,5	1,6	4,8	0,3	11,9	0,6
1.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	2,0	0,2	4,5	0,5	3,0	0,3	1,2	0,1	7,7	0,6	4,1	0,3	6,5	0,4	0,7	0,0	2,2	0,1
1.4 Empresas Estatais	8,6	1,3	4,7	0,6	3,9	0,5	4,7	0,5	-0,6	-0,1	-8,1	-0,7	3,3	-0,6	0,1	0,0	-10,1	-0,7	-13,9	-0,8	-15,1	-0,8	-20,6	-1,0
<b>2. Juros nominais</b> <sup>2</sup>	48,8	7,5	45,0	5,8	44,9	5,2	72,6	7,9	127,2	13,2	87,4	7,9	105,6	8,8	190,7	14,2	122,5	7,9	124,9	7,1	152,6	7,9	157,2	7,6
2.1 Governo federal e Bacen <sup>3</sup>	18,7	2,9	22,9	2,9	20,5	2,4	54,4	6,0	88,9	9,2	54,9	5,0	66,4	5,5	118,6	8,8	78,2	5,0	76,1	4,3	124,5	6,4	124,9	6,0
2.2 Governos estaduais <sup>5</sup>	21,9	3,4	16,8	2,2	19,9	2,3	12,7	1,4	27,7	2,9	24,5	2,2	30,3	2,5	52,4	3,9	34,9	2,2	43,6	2,5	21,9	1,1	28,8	1,4
2.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	4,0	0,4	5,0	0,5	4,4	0,4	4,4	0,4	9,8	0,7	6,0	0,4	7,9	0,5	4,8	0,3	5,7	0,3
2.4 Empresas Estatais	8,1	1,3	5,3	0,7	4,4	0,5	1,5	0,2	5,7	0,6	3,6	0,3	4,5	0,4	9,9	0,7	3,5	0,2	-2,6	-0,2	1,4	0,1	-2,2	-0,1
<b>3. Primário</b> <sup>4</sup>	-1,7	-0,3	0,7	0,1	8,3	1,0	-0,1	0,0	-31,1	-3,2	-38,2	-3,5	-33,6	-3,6	-52,4	-3,9	-66,2	-4,3	-81,1	-4,6	-93,5	-4,8	-91,5	-4,4
3.1 Governo federal e Bacen <sup>3</sup>	-3,3	-0,5	-2,9	-0,4	2,4	0,3	-5,0	-0,6	-22,7	-2,4	-20,4	-1,9	-22,0	-1,8	-31,9	-2,4	-38,7	-2,5	-52,4	-3,0	-55,7	-2,9	-52,7	-2,5
3.2 Governos estaduais <sup>5</sup>	1,2	0,2	4,2	0,5	6,4	0,7	3,7	0,4	-1,6	-0,2	-4,6	-0,4	-7,2	-0,6	-8,6	-0,6	-11,9	-0,8	-16,1	-0,9	-17,2	-0,9	-16,9	-0,8
3.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	-2,0	-0,2	-0,5	-0,1	-1,4	-0,1	-3,3	-0,3	-2,1	-0,2	-1,9	-0,1	-1,4	-0,1	-4,1	-0,2	-3,4	-0,2
3.4 Empresas Estatais	0,5	0,1	-0,6	-0,1	-0,5	-0,1	3,2	0,4	-6,3	-0,7	-11,7	-1,1	-1,1	-0,9	-9,8	-0,7	-13,6	-0,9	-11,2	-0,6	-16,4	-0,9	-18,4	-0,9

Fonte: Bacen.

1 – Calculado a partir da variação da dívida do setor público (“abaixo da linha”). Valores negativos significam superávit.

2 – Inclui a desvalorização cambial (em valores correntes).

3 – Inclui o INSS.

4 – Não inclui a desvalorização cambial.

5 – Para os anos de 1995 até 1997, a dívida dos governos estaduais inclui a dívida dos municípios.

nd – dado não disponível.

O Déficit Total do Setor Público acumulado em 12 meses, registrado em novembro, foi de R\$ 65,7 bilhões, o que representou 3,2% do PIB.

## Transferências Constitucionais

Aos recursos que a União transfere aos Estados e Municípios por determinação da Lei Maior dá-se o nome Transferências Constitucionais. Este rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio sócio-econômico mais harmônico entre os diferentes Estados e Municípios do país.

Cabe ao Tesouro Nacional, em cumprimento aos dispositivos constitucionais, efetuar as transferências desses recursos aos entes federados, nos prazos legalmente estabelecidos.

Seguem abaixo alguns conceitos:

- **ITR** – *Imposto Territorial Rural* – O ITR tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do município, anualmente. Está previsto no Art. 158, inc. II da Constituição Federal o percentual que a União deve repassar aos municípios. Na Lei Nº 9.393 de 19 de dezembro de 1996 está descrito o ITR em mais detalhes.

- **FPE** – *Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal* – O FPE é constituído por 21,5% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IRPF e IRPJ) e sobre produtos industrializados (IPI). Este percentual está previsto no Art. 159, inc. I, alínea “a”. da Constituição Federal. O Art. 86 do Código Tributário Nacional descreve em mais detalhes como Fundo é constituído.

- **FPM** – *Fundo de Participação dos Municípios* – O FPM é constituído por 22,5% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IRPF e IRPJ) e sobre produtos industrializados (IPI). No Art. 159, inc. I, alínea “b” da Constituição Federal está previsto o percentual que a União deverá repassar aos Municípios.

- **IPI - exportação** – *Imposto sobre Produtos Industrializados - exportação* – O IPI incide sobre produtos industrializados, como por exemplo bebidas e automóveis. Está previsto no Art. 159, inc. II da Constituição Federal, o percentual que a União deve repassar aos Estados e Distrito Federal. Desse percentual os Municípios recebem 25%, conforme determina o Art. 159, § 3º da Constituição Federal.

- **IOF ouro** – *Imposto sobre Operações Financeiras Ouro* – O ouro destinado ao mercado financeiro sujeita-se, desde sua extração inclusive, exclusivamente à incidência do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários. Está previsto no Art. 153, § 5º, inc. I e II da Constituição Federal o percentual de repasse da União para os Estados, DF e Municípios. A Lei 7.766, de 11 de maio de 1989, dispõe sobre o ouro, ativo financeiro e sobre seu tratamento tributário.

- **Desoneração ICMS** – *Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços* – O ICMS incide sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior, e está previsto no Art. 155, inc. II da Constituição Federal. Por outro lado, o inc. X do § 2º do mesmo artigo define as condições de não incidência de ICMS. Além disso, a Lei Complementar 87/96 determina a desoneração e o respectivo ressarcimento aos Estados, DF e Municípios.

- **FUNDEF** – *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério* – É um fundo de natureza contábil, instituído no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal com a finalidade exclusiva de financiar projetos e programas do ensino fundamental. Os repasses ao Fundo serão feitos de forma automática, para contas únicas e específicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, abertas para a finalidade, mantidas no Banco do Brasil S.A. O FUNDEF foi criado pela EC n.º 14/96 e regulamentado pela Lei n.º 9.424/96.

- **FEX** – *Auxílio Financeiro para Fomentar as Exportações* – O FEX tem como objetivo fomentar as exportações do País, ficando a União responsável por repassar o auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Do montante dos recursos que cabe a cada Estado, a União entregará diretamente ao próprio Estado 75%, e aos seus Municípios, 25%. A Lei 10.966 de 9 de novembro de 2004 estabelece detalhadamente os repasses realizados.

- **CIDE** – *Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico* – Esta modalidade de CIDE é um tributo que incide sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível. Essa contribuição será distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o Art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001. Está previsto no Art. 159 inc. III da Constituição Federal o percentual de 25% que a União deverá repassar aos Estados e DF.

Tabela 8a – Transferências Constitucionais da União aos Estados.

(acumulado de 2006 até dezembro - R\$ mil)

	Estados							Total
	FPE	IOF ouro	FUNDEF	Desoneração ICMS	IPI - Exportação <sup>1</sup>	FEX	CIDE <sup>2</sup>	
Acre	964.069	0	124.827	1.132	153	3.675	9.499	1.103.354
Alagoas	1.172.354	0	82.717	10.445	5.976	51.911	19.126	1.342.529
Amazonas	786.360	14	97.860	12.529	51.415	42.844	20.310	1.011.332
Amapá	961.533	162	141.317	5.053	133	10.927	8.147	1.127.272
Bahia	2.647.935	0	202.349	46.203	109.928	75.049	95.384	3.176.847
Ceará	2.067.605	4	88.558	20.248	18.194	33.235	47.507	2.275.351
Distrito Federal	194.505	0	47.847	13.422	766	8.181	24.096	288.817
Espírito Santo	422.714	0	70.186	52.998	73.567	132.420	27.782	779.667
Goiás	801.211	0	160.143	16.592	15.411	39.724	64.018	1.097.100
Maranhão	2.034.154	8	137.197	20.870	18.506	59.910	42.399	2.313.045
Minas Gerais	1.255.319	0	534.128	160.415	196.259	159.195	142.344	2.447.659
Mato Grosso do Sul	375.370	0	66.890	15.348	12.562	27.350	32.290	529.810
Mato Grosso	650.387	212	111.522	24.127	16.266	117.695	39.755	959.965
Pará	1.722.417	479	142.837	54.246	73.497	184.331	39.481	2.217.288
Paraíba	1.349.556	0	153.474	3.574	6.038	17.863	25.131	1.555.635
Pernambuco	1.944.539	0	200.369	18.468	13.176	18.298	45.232	2.240.082
Piauí	1.217.810	0	80.094	3.750	776	12.832	26.010	1.341.271
Paraná	812.512	1	284.292	125.339	192.113	165.784	95.500	1.675.540
Rio de Janeiro	430.520	68	80.820	72.910	200.423	66.233	68.266	919.239
Rio Grande do Norte	1.177.370	0	124.826	4.502	8.802	23.932	26.845	1.366.277
Rondônia	793.462	84	94.924	3.100	2.514	14.151	17.725	925.960
Roraima	699.084	8	118.448	475	101	3.086	9.339	830.540
Rio Grande do Sul	663.604	0	284.440	124.865	240.427	152.694	82.635	1.548.666
Santa Catarina	360.659	0	157.955	44.644	145.347	108.278	50.504	867.388
Sergipe	1.171.001	0	103.705	3.114	1.218	4.857	16.290	1.300.185
São Paulo	281.809	6	532.282	387.132	350.964	253.798	239.559	2.045.549
Tocantins	1.223.052	0	162.840	979	287	8.770	26.845	1.422.774
<b>Total</b>	<b>28.180.911</b>	<b>1.047</b>	<b>4.386.847</b>	<b>1.246.480</b>	<b>1.754.819</b>	<b>1.797.023</b>	<b>1.342.017</b>	<b>38.709.144</b>

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

1 – No caso do IPI - exportação, a STN não separa a parcela dos municípios. Imputamos a parcela de 25%, conforme determina o art. 159, § 3º, da Constituição Federal.

2 – A CIDE é distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001.

Tabela 8b – Transferências Constitucionais da União aos Municípios.

(acumulado de 2006 até dezembro - R\$ mil)

	Municípios								Total
	FPM	IOF ouro	FUNDEF	Desoneração ICMS	IPI - Exportação <sup>1</sup>	ITR	FEX	CIDE <sup>2</sup>	
<b>Acre</b>	164.136	0	74.570	377	51	216	1.225	3.166	243.742
<b>Alagoas</b>	701.308	0	251.793	3.482	1.992	660	17.304	6.375	982.914
<b>Amazonas</b>	414.403	33	129.085	4.176	17.138	619	14.281	6.770	586.506
<b>Amapá</b>	113.161	379	49.555	1.684	44	282	3.642	2.716	171.464
<b>Bahia</b>	2.634.413	0	766.566	15.401	36.643	6.246	25.016	31.795	3.516.080
<b>Ceará</b>	1.541.917	9	557.461	6.749	6.065	934	11.078	15.836	2.140.049
<b>Distrito Federal</b>	62.188	0	0	0	255	376	0	0	62.819
<b>Espírito Santo</b>	526.058	0	127.025	17.666	24.522	1.464	44.140	9.261	750.136
<b>Goiás</b>	1.068.463	0	177.329	5.531	5.137	11.919	13.241	21.339	1.302.960
<b>Maranhão</b>	1.215.954	19	606.516	6.957	6.169	1.924	19.970	14.133	1.871.641
<b>Minas Gerais</b>	3.878.695	0	455.797	53.472	65.420	17.588	53.065	47.448	4.571.485
<b>Mato Grosso do Sul</b>	436.805	0	83.002	5.116	4.187	15.243	9.117	10.763	564.233
<b>Mato Grosso</b>	546.421	495	109.184	8.042	5.422	12.565	39.232	13.252	734.613
<b>Pará</b>	1.070.365	1.117	468.131	18.082	24.499	3.028	61.444	13.160	1.659.825
<b>Paraíba</b>	952.750	0	255.077	1.191	2.013	526	5.954	8.377	1.225.888
<b>Pernambuco</b>	1.437.331	0	403.877	6.156	4.392	1.284	6.099	15.077	1.874.217
<b>Piauí</b>	757.093	0	269.483	1.250	259	1.294	4.277	8.670	1.042.326
<b>Paraná</b>	2.008.423	3	288.214	41.780	64.038	18.574	55.261	31.833	2.508.126
<b>Rio de Janeiro</b>	866.383	159	212.359	24.303	66.808	1.836	22.078	22.755	1.216.680
<b>Rio Grande do Norte</b>	732.335	0	215.311	1.501	2.934	507	7.977	8.948	969.512
<b>Rondônia</b>	267.886	196	93.694	1.033	838	901	4.717	5.908	375.174
<b>Roraima</b>	154.750	19	32.365	158	34	187	1.029	3.113	191.654
<b>Rio Grande do Sul</b>	1.971.083	0	265.957	41.626	80.142	15.091	50.898	27.545	2.452.343
<b>Santa Catarina</b>	1.145.346	0	152.514	14.882	48.449	3.567	36.093	16.835	1.417.686
<b>Sergipe</b>	417.780	0	177.687	1.038	406	500	1.619	5.430	604.459
<b>São Paulo</b>	3.957.915	13	376.629	129.401	116.988	32.561	84.599	79.853	4.777.959
<b>Tocantins</b>	459.409	1	134.362	326	96	2.347	2.923	8.948	608.413
<b>Total</b>	<b>29.502.772</b>	<b>2.443</b>	<b>6.733.545</b>	<b>411.381</b>	<b>584.940</b>	<b>152.238</b>	<b>596.281</b>	<b>439.307</b>	<b>38.422.906</b>

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

1 – No caso do IPI - exportação, a STN não separa a parcela dos municípios. Imputamos a parcela de 25%, conforme determina o art. 159, § 3º, da Constituição Federal.

2 – A CIDE é distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001.

Tabela 9 – Dívida Mobiliária Federal em Poder do Mercado<sup>1</sup>

(R\$ bilhões)

Período	Emitida pelo Tesouro Nacional	Emitida pelo Banco Central	Total	Total real <sup>2</sup>
1994 Dez	35,3	26,5	61,8	197,2
1995 Dez	59,1	49,3	108,5	301,6
1996 Dez	93,1	83,1	176,2	448,2
1997 Dez	190,3	65,2	255,5	604,6
1998 Dez	219,2	104,7	323,9	753,4
1999 Dez	351,9	63,0	414,9	804,4
2000 Dez	432,2	83,9	516,1	911,3
2001 Dez	492,9	122,0	615,0	983,6
2002 Dez	636,0	66,8	702,8	889,2
2003 Dez	767,1	30,7	797,7	937,5
2004 Dez	856,2	13,5	869,7	911,4
2005				
Nov	1.005,1	6,3	1.011,4	1.047,8
Dez	1.010,1	6,7	1.016,8	1.052,7
2006				
Jan	1.049,9	6,5	1.056,4	1.085,8
Fev	1.057,4	6,2	1.063,6	1.093,9
Mar	1.075,0	6,4	1.081,4	1.117,2
Abr	1.082,9	6,0	1.088,9	1.124,8
Mai	1.096,6	6,6	1.103,2	1.135,2
Jun	1.095,2	6,3	1.101,5	1.126,0
Jul	1.119,2	6,4	1.125,6	1.148,6
Ago	1.127,2	6,3	1.133,6	1.152,0
Set	1.143,6	6,5	1.150,1	1.166,0
Out	1.163,7	2,8	1.166,5	1.173,2
Nov	1.170,9	0,0	1.170,9	1.170,9

Fonte: Bacen.

1 – Posição de custódia.

2 – Corrigido pelo IGD-DI do último mês.

## III. Setor Externo

Tabela 10 – Dívida Externa Total por Devedor

(US\$ bilhões)

Discriminação	1999	2000	2001	2002	2003 <sup>1</sup>	2004 <sup>1</sup>	2005 <sup>1</sup>				2006 <sup>1</sup>	
							Mar	Jun	Set	Dez	Mar	Jun
<b>1 Dívida de médio e longo prazos<sup>2</sup></b>	199,0	189,5	182,3	187,3	194,7	182,6	181,5	174,6	166,7	150,7	148,8	140,3
1.2 Setor público não-financeiro	97,4	89,8	92,8	110,3	119,8	114,7	114,9	110,0	104,1	87,6	82,6	75,5
1.3 Setor privado e setor público financeiro	101,6	99,7	89,5	77,0	75,0	67,9	66,6	64,6	62,6	63,1	66,2	64,8
<b>2 Dívida de curto prazo</b>	26,6	27,4	27,7	23,4	20,2	18,7	20,5	16,8	16,4	18,8	17,8	16,4
2.1 Setor público não-financeiro	3,3	2,6	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2.2 Setor privado e setor público financeiro	23,3	24,8	27,2	23,3	20,2	18,7	20,5	16,7	16,4	18,8	17,8	16,4
<b>3 Dívida externa total<sup>3</sup></b>	225,6	216,9	209,9	210,7	214,9	201,4	201,9	191,3	183,2	169,5	166,7	156,7
3.1 Setor público não-financeiro	100,7	92,4	93,2	110,4	119,8	114,7	114,9	110,0	104,1	87,6	82,6	75,5
3.2 Setor privado e setor público financeiro	124,9	124,6	116,8	100,3	95,1	86,7	87,0	81,3	79,0	81,9	84,0	81,2

Fonte: Bacen.

1 – Dados estimados.

2 – Dívida registrada no Bacen.

3 – Exclui estoque de principal relativo a empréstimos intercompanhia. Em março de 2001, houve revisão metodológica.

Tabela 11 – Reservas Internacionais <sup>1</sup>

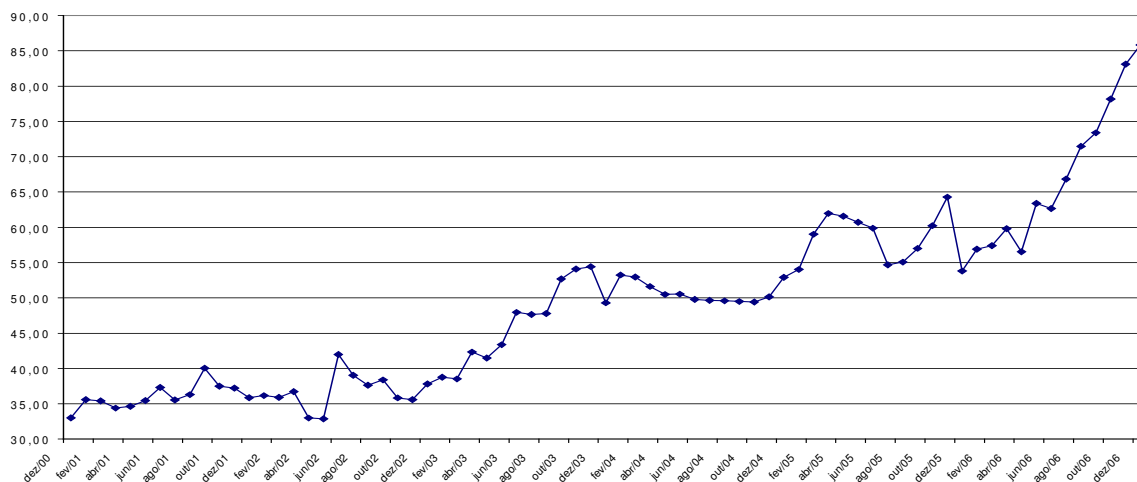
		(US\$ bilhões)
1995	Dez	51,8
1996	Dez	60,1
1997	Dez	52,2
1998	Dez	44,6
1999	Dez	36,3
2000	Dez	33,0
2001	Dez	35,9
2002	Dez	37,8
2003	Dez	49,3
2004	Dez	52,9
2005		
	Dez	53,8
2006		
	Jan	56,9
	Fev	57,4
	Mar	59,8
	Abr	56,6
	Mai	63,4
	Jun	62,7
	Jul	66,8
	Ago	71,5
	Set	73,4
	Out	78,2
	Nov	83,1
	Dez	85,8

Fonte: Bacen.

1 – Conceito de liquidez.

Gráfico 2 – Reservas Internacionais

(US\$ bilhões - mensal)



Fonte: Bacen.

Tabela 12– Taxa de Câmbio <sup>1</sup>

	US\$	€
1995	0,97	nd
1996	1,04	nd
1997	1,12	nd
1998	1,21	nd
1999	1,79	1,81
2000	1,96	1,84
2001	2,32	2,06
2002	3,53	3,70
2003	2,89	3,65
2004	2,65	3,62
2005		
Dez	2,34	2,77
2006		
Jan	2,22	2,70
Fev	2,14	2,54
Mar	2,17	2,63
Abr	2,09	2,64
Mai	2,30	2,95
Jun	2,16	2,77
Jul	2,18	2,78
Ago	2,14	2,74
Set	2,17	2,76
Out	2,14	2,74
Nov	2,17	2,87
Dez	2,14	2,82

Fonte: Bacen.

1 – Final de período.

nd – dado não disponível.

O dólar apresentou em dezembro de 2006 sua cotação em R\$ 2,14. Com isso, verificou-se uma queda de 1,3% em relação ao mês anterior.

Comparando dezembro de 2006 com mesmo mês do ano anterior, o dólar sofreu uma queda de 8,7%.

A desvalorização da moeda brasileira observada durante o mês de dezembro guarda a relação com os movimentos especulativos em torno da tendência da política monetária do FED norte-americano. Assim, com a eventualidade de aumento de taxa de juros naquela país, há pressão sobre o dólar em nosso mercado interno, em razão da iminência da fuga de capital para aquele centro financeiro.

Tabela 13 – Balanço de Pagamentos: itens selecionados.

(US\$ milhões)

	Saldo em Conta Corrente		Remessa de Juros		Remessa de Lucros <sup>1</sup>	
	Valores	% PIB <sup>2</sup>	Valores	% PIB <sup>2</sup>	Valores	% PIB <sup>2</sup>
1994	-1.811,2	-0,3	7.855,7	1,4	2.882,8	0,5
1995	-18.383,8	-2,6	10.427,0	1,5	3.396,6	0,5
1996	-23.502,0	-3,0	12.388,7	1,6	3.726,6	0,5
1997	-30.452,4	-3,8	13.499,8	1,7	6.181,1	0,8
1998	-33.415,9	-4,2	15.321,0	1,9	7.163,0	0,9
1999	-25.334,8	-4,7	17.100,4	3,2	5.514,9	1,0
2000	-24.224,4	-4,0	17.095,7	2,8	4.253,0	0,7
2001	-23.214,5	-4,6	17.621,2	3,5	5.226,2	1,0
2002	-7.636,8	-1,7	15.275,0	3,3	6.020,0	1,3
2003	4.177,3	0,8	15.327,5	3,0	6.403,2	1,3
2004	11.711,1	1,9	15.289,0	2,5	8.257,3	1,4
2005						
Jan – Dez	13.984,5	1,8	15.713,1	2,0	13.337,2	1,7
Jan	796,6	1,3	1.161,4	1,9	391,3	0,6
Fev	130,7	0,2	1.360,1	2,2	1.390,0	2,3
Mar	1.729,4	2,6	969,3	1,5	783,0	1,2
Abr	715,3	1,1	1.772,9	2,7	1.291,9	1,9
Mai	593,0	0,9	1.141,9	1,7	1.550,5	2,3
Jun	1.283,9	1,9	1.233,0	1,8	1.061,4	1,6
Jul	2.539,7	3,8	1.561,5	2,3	696,3	1,0
Ago	771,3	1,1	1.465,5	2,1	1.093,9	1,6
Set	2.359,1	3,5	1.155,1	1,7	742,8	1,1
Out	845,0	1,3	1.533,6	2,3	1.259,1	1,9
Nov	1.690,6	2,5	1.144,1	1,7	783,6	1,2
Dez	529,9	0,8	1.214,7	1,8	2.293,4	3,5
2006						
Jan	-307,6	-0,4	1.771,2	2,4	1.562,2	2,1
Fev	646,8	0,9	1.229,9	1,7	866,9	1,2
Mar	1.278,2	1,6	1.280,8	1,6	1.507,3	1,9
Abr	117,1	0,1	1.428,2	1,8	1.632,3	2,1
Mai	441,3	0,5	1.153,0	1,4	2.044,7	2,5
Jun	617,6	0,8	1.586,4	2,0	2.048,1	2,6
Jul	3.029,5	3,8	1.474,4	1,8	914,0	1,1
Ago	2.170,8	2,6	1.141,9	1,4	1.043,8	1,2
Set	2.279,2	2,8	1.390,6	1,7	879,3	1,1
Out	1.499,8	1,8	1.244,3	1,5	910,6	1,1
Nov	1.367,4	1,7	1.211,6	1,5	781,8	0,9

Fonte: Bacen.

1 – Lucros e dividendos - exclusive lucros reinvestidos.

2 – PIB convertido em dólar pela taxa de câmbio média do período.

Diante deste quadro, pode-se destacar que o acumulado de Remessa de Juros de janeiro a novembro de 2006 alcançou R\$ 14,9 bilhões, ou seja, 2,9% a mais que no mesmo período de 2005. Destaca-se também o acumulado da Remessa de Lucros que alcançou R\$14,2 bilhões até novembro de 2006, contra R\$ 11,0 bilhões no mesmo período de 2005, ou seja, um salto de 28,5%.

Tabela 14 – Balança Comercial – FOB

(US\$ bilhões)

Período	Exportações			Importações			Saldo	
	Mensal	Últimos 12 meses	Número Índice <sup>1</sup>	Mensal	Últimos 12 meses	Número Índice <sup>1</sup>	Mensal	Últimos 12 meses
1995 Dez	3,9	46,5	100,0	3,9	50,0	100,0	-0,1	-3,5
1996 Dez	3,8	47,7	102,7	5,6	53,3	106,8	-1,8	-5,6
1997 Dez	4,5	53,0	114,0	5,3	59,7	119,6	-0,8	-6,8
1998 Dez	3,9	51,1	110,0	4,5	57,8	115,6	-0,5	-6,6
1999 Dez	4,7	48,0	103,2	4,4	49,3	98,6	0,2	-1,3
2000 Dez	4,7	55,1	118,4	4,9	55,8	111,7	-0,2	-0,8
2001 Dez	4,3	58,2	125,2	3,5	55,6	111,2	0,9	2,7
2002 Dez	5,2	60,4	129,8	3,4	47,2	94,5	1,8	13,1
2003 Dez	6,7	73,1	157,1	4,0	48,3	96,7	2,7	24,8
2004 Dez	9,2	96,5	207,4	5,7	62,8	125,7	3,5	33,6
2005								
Jan	7,4	98,1	211,0	5,3	63,9	127,8	2,2	34,3
Fev	7,8	100,2	215,4	5,0	65,1	130,2	2,8	35,1
Mar	9,3	101,5	218,2	5,9	65,6	131,4	3,3	35,8
Abr	9,2	104,1	223,8	5,3	66,3	132,8	3,9	37,7
Mai	9,8	106,0	227,9	6,4	67,9	135,9	3,4	38,1
Jun	10,2	106,8	229,7	6,2	68,5	137,1	4,0	38,3
Jul	11,1	108,9	234,2	6,1	69,1	138,2	5,0	39,9
Ago	11,3	111,2	239,1	7,7	71,1	142,4	3,7	40,1
Set	10,6	112,9	242,8	6,3	71,7	143,5	4,3	41,2
Out	9,9	114,0	245,1	6,2	72,1	144,3	3,7	41,9
Nov	10,8	116,6	250,7	6,7	72,7	145,5	4,1	43,9
Dez	10,9	118,3	254,4	6,6	73,6	147,3	4,3	44,7
2006								
Jan	9,3	120,1	258,3	6,5	74,8	149,7	2,8	45,3
Fev	8,8	121,1	260,5	6,0	75,8	151,6	2,8	45,4
Mar	11,4	123,2	265,0	7,7	77,6	155,3	3,6	45,7
Abr	9,8	123,8	266,3	6,7	79,0	158,1	3,1	44,9
Mai	10,3	124,3	267,3	7,3	79,9	159,9	3,0	44,4
Jun	11,4	125,5	269,9	7,4	81,1	162,3	4,1	44,4
Jul	13,6	128,1	275,4	8,0	83,0	166,1	5,6	45,1
Ago	13,6	130,4	280,4	9,1	84,5	169,0	4,5	45,9
Set	12,5	132,3	284,5	8,1	86,3	172,6	4,4	46,0
Out	12,7	135,1	290,4	8,7	88,8	177,7	3,9	46,3
Nov	11,9	136,1	292,7	8,7	90,7	181,6	3,2	45,4
Dez	12,2	137,5	295,6	7,2	91,4	182,9	5,0	46,1

Fonte: MDIC/Secex.

1 – Referentes aos últimos 12 meses.

As exportações, em dezembro de 2006, totalizaram US\$ 12,2 bilhões, uma cifra recorde histórica para o referido mês no comércio exterior brasileiro. Em relação a dezembro de 2005, as exportações cresceram 12,3%.

As importações somaram US\$ 7,2 bilhões. Em relação ao mesmo mês do ano anterior, as compras externas elevaram-se 10,0%.

O saldo de dezembro no comércio exterior brasileiro ficou em US\$ 5,0 bilhões.

Diante deste quadro, pode-se destacar a manutenção extraordinária do valor acumulado nos últimos 12 meses das exportações acima de US\$ 120 bilhões desde o início do ano de 2006.

## IV. Setor Financeiro

Tabela 15 – Taxa de Juros Selic

Período	Acumulada no período	Taxa Real de Juros <sup>1</sup>	(em %)		
			Média do período (a.a.)	Divulgada pelo COPOM	
1995	53,1	33,4	53,9	nd	
1996	27,1	16,3	27,6	nd	
1997	24,6	15,9	25,2	nd	
1998	28,6	26,4	29,5	nd	
1999	25,1	4,3	26,3	nd	
2000	17,3	6,9	17,6	nd	
2001	17,3	6,2	17,5	nd	
2002	19,1	-5,8	19,1	nd	
2003	23,3	14,5	23,4	nd	
2004	16,2	3,6	16,2	nd	
2005	19,0	17,6	19,1	nd	
2006	Dez	1,5	1,4	18,2	18,00
	Jan	1,4	0,7	17,7	17,25
	Fev	1,1	1,2	17,3	17,25
	Mar	1,4	1,9	16,7	16,50
	Abr	1,1	1,1	16,2	15,75
	Mai	1,3	0,9	15,7	15,75
	Jun	1,2	0,5	15,2	15,25
	Jul	1,2	1,0	15,0	14,75
	Ago	1,3	0,8	14,7	14,25
	Set	1,1	0,8	14,2	14,25
	Out	1,1	0,3	14,0	13,75
	Nov	1,0	0,4	13,6	13,25
	Dez	1,0	0,7	13,2	13,25

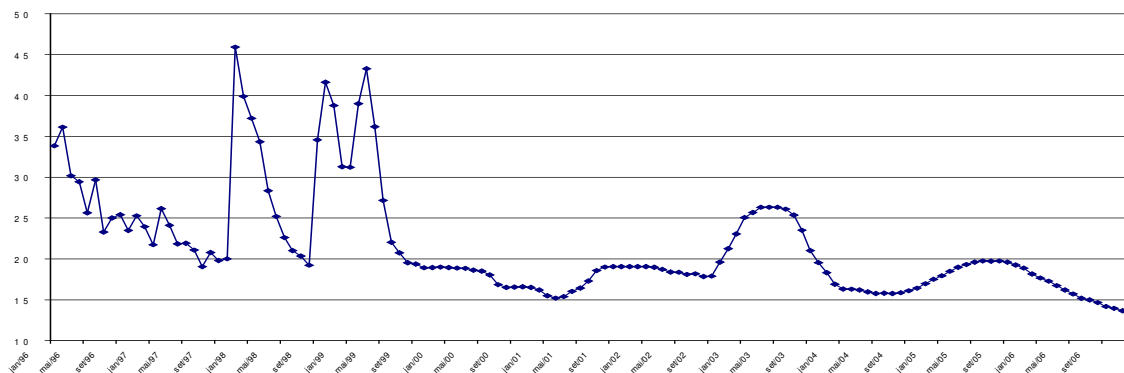
Fonte: Bacen.

1 – Trata-se do acumulado no período, deflacionado pelo IGP-DI.

nd – dado não disponível.

Gráfico 3 – Taxa de Juros - Selic

(% a.a. - média mensal)



Fonte: Bacen.

Tabela 16 – *Spread* das Operações de Crédito <sup>1</sup>

(ponto percentual – média do período)

Período	Pessoa física	Pessoa jurídica	Geral
1995	171,1	nd	nd
1996	112,2	nd	nd
1997	81,7	nd	nd
1998	94,4	nd	nd
1999	87,2	nd	nd
2000	56,9	12,0	27,2
2001	48,9	11,8	27,0
2002	51,4	14,5	30,0
2003	55,6	14,7	31,9
2004	46,2	13,5	28,0
2005			
Nov	43,3	14,2	29,4
Dez	42,7	14,0	28,8
2006			
Jan	43,6	14,5	29,6
Fev	43,7	15,2	30,2
Mar	44,0	14,7	30,2
Abri	42,9	14,9	29,7
Mai	41,1	14,1	28,5
Jun	40,6	13,6	28,0
Jul	39,7	13,4	27,4
Ago	39,6	13,5	27,5
Set	40,2	15,0	28,6
Out	40,2	15,3	28,7
Nov	40,7	14,8	28,7

Fonte: Bacen.

1 – Consiste em operações com recursos livres. No caso de pessoa jurídica trata-se de crédito prefixado, pós-fixado e fluante. Para pessoa física inclui-se apenas crédito prefixado.

nd - dado não disponível.

Tabela 17 – Volume de Crédito

(R\$ bilhões)

Período	Ao Setor Privado			Ao Setor Público	Total Geral	% PIB <sup>2</sup>
	Recursos Direcionados	Recursos Livres <sup>1</sup>	Total			
1994 Dez	nd	nd	nd	28,3	186,8	36,6
1995 Dez	nd	nd	nd	35,5	238,9	35,0
1996 Dez	nd	nd	nd	44,8	252,6	31,2
1997 Dez	nd	nd	nd	24,4	259,8	28,9
1998 Dez	nd	nd	nd	20,9	276,9	29,9
1999 Dez	nd	nd	nd	17,5	288,5	27,2
2000 Dez	139,3	167,7	307,0	12,3	323,1	28,0
2001 Dez	115,5	205,7	321,2	9,6	335,3	26,7
2002 Dez	146,4	222,1	368,4	12,8	383,7	24,2
2003 Dez	162,6	233,2	395,9	15,0	418,3	26,2
2004 Dez	180,8	285,4	466,2	19,2	498,7	26,9
2005						
2006 Dez	203,2	nd	nd	20,6	607,0	31,2
2006 Jan	203,4	nd	nd	20,4	608,7	31,0
2006 Fev	202,5	nd	nd	20,8	615,6	31,2
2006 Mar	204,6	nd	nd	20,9	625,8	31,6
2006 Abr	206,6	nd	nd	20,8	637,4	32,0
2006 Mai	211,2	nd	nd	21,2	654,1	32,5
2006 Jun	212,8	nd	nd	20,9	658,5	32,4
2006 Jul	214,4	nd	nd	20,8	669,3	32,7
2006 Ago	215,0	nd	nd	18,5	674,1	32,7
2006 Set	217,1	nd	nd	18,5	682,7	32,9
2006 Out	nd	nd	nd	nd	nd	nd
2006 Nov	nd	nd	nd	nd	nd	nd

Fonte: Bacen.

1 – Inclui arrendamento mercantil (leasing).

2 – PIB acumulado dos últimos 12 meses – valorizado pelo IGP-DI centrado do mês.

nd – dado não disponível.